



DADOSJUSBR

Status de completude de contracheques no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ

Maio/2025

Quarto relatório analítico sobre as remunerações dos membros do Judiciário, no âmbito do acordo de cooperação entre a Transparência Brasil e o Conselho Nacional de Justiça, a partir de dados coletados pelo DadosJusBr



Este trabalho está sob a licença [CC BY 4.0](#). Mediante atribuição de crédito à organização autora, pode ser copiado e redistribuído em qualquer suporte ou formato; remixado e adaptado para qualquer fim, inclusive comercial (nestes casos, as alterações feitas devem ser indicadas).

FICHA TÉCNICA

Maio/2025

DIREÇÃO EXECUTIVA

Juliana Sakai

PESQUISA, REDAÇÃO E ANÁLISES

Bianca Berti

Cristiano Pavini

Jessé Oliveira

Joellen Silva

Raul Durlo

FINANCIAMENTO

**Instituto
Betty e Jacob
Lafer**



**dados
Jusbr**

SUMÁRIO EXECUTIVO

Esta análise de completude das informações remuneratórias dos magistrados foi produzida no âmbito do Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça e a Transparência Brasil nos autos do processo CNJ nº 02637/2021. Visa, especificamente, compreender os efeitos do despacho proferido pelo conselheiro Guilherme Caputo em 19.nov.2024 no CUMPRDEC 327-13, que determinou a intimação de 91 tribunais para revisão e correção dos dados salariais presentes no Painel de Remuneração dos Magistrados do CNJ.

O levantamento comprehende o período de jan.2024 a mar.2025, e foi produzido com dados obtidos mensalmente pelo projeto DadosJusBr do Painel, constituído em cumprimento à Resolução CNJ no 215/2016 e à Portaria no 63/2017.

Verificou-se que 47 órgãos - notadamente das justiças do Trabalho e Eleitoral - apresentam ausência de contracheques em ao menos um mês no período compreendido por esta análise, em razão da não alimentação do Painel com informações ou disponibilização das mesmas em formato não individualizado, impedindo a consulta em nível de cada membro.

No mesmo período, **foram identificados R\$ 919,6 milhões em lançamentos que não possuem qualquer descriptivo de sua natureza, inclusive com inserção de números em campos destinados a textos, o que resulta em completa opacidade destes pagamentos**. Há, ainda, órgãos com valores potencialmente incorretos, notadamente o Tribunal de Roraima, que apresenta R\$ 1,9 bilhão em pagamentos de férias em 2024.

A Transparência Brasil recomenda a implementação de mecanismos para identificação de inconsistências na rotina de atualizações dos contracheques pelos tribunais, ampliando a qualidade dos dados e favorecendo os controles interno e externo. Adicionalmente, é essencial que o painel, prioritariamente, promova a diferenciação entre membros em exercício e inativos, considerando as características de remuneração próprias de cada categoria, e institua um identificador único (ID) para cada magistrado.

ÍNDICE

<u>1. Introdução</u>	5
<u>2. Análises</u>	5
<u>2.1 Incompletude</u>	5
<u>2.2 Integridade</u>	6
<u>2.2.1 Dados inexistentes</u>	6
<u>2.2.2 Valores com indícios de erros</u>	8
<u>3. Contribuições para aprimoramento</u>	8
<u>3.1 - Diferenciação de ativos e inativos</u>	8
<u>3.2 - Criação de ID por magistrado</u>	9
<u>3.3 - Alertas internos para potenciais inconsistências</u>	9
<u>ANEXO 1 - Detalhamento da completude e integridade dos órgãos no painel</u>	10

Introdução

O DadosJusBr é um projeto da Transparéncia Brasil (TB) - organização brasileira que há 25 anos atua no combate à corrupção, fomento ao controle social e aprimoramento de políticas públicas - objetivando a ampliação do controle social sobre os contracheques do sistema de Justiça. Foi desenvolvida uma plataforma de consulta pública das remunerações dos órgãos do Judiciário e do Ministério Público, alimentada por robôs que realizam a coleta, sistematização, padronização e divulgação de dados.

No âmbito do Judiciário, as informações do DadosJusBr são coletadas do [Painel de Remuneração dos Magistrados](#) do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recebe e disponibiliza os contracheques enviados pelos órgãos, em cumprimento à [Resolução nº 215/2015](#) e [Portaria 63/2017](#).

Em maio de 2021, a Transparéncia Brasil assinou o [Termo de Cooperação Técnica nº 079/2021](#) com o CNJ, estabelecendo uma parceria visando “maior acurácia na transparéncia e análise das prestações de contas do sistema remuneratório do Poder Judiciário”.

As principais ações realizadas pela Transparéncia Brasil decorrentes dessa cooperação foram:

- março/22: publicação do [Relatório de Transparéncia dos Tribunais de Justiça dos Estados](#), que ensejou medidas do CNJ para que os órgãos estaduais ampliassem a completude dos dados do Painel de Remunerações;
- dezembro/22: apresentação ao CNJ do [primeiro relatório de completude](#) do Painel de Remunerações;
- abril/23: assinatura do [1º termo aditivo](#) ao acordo de cooperação;
- junho/23: apresentação ao CNJ do [segundo relatório de completude](#); outubro/23: realização de audiência com o ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho para atualização das medidas adotadas pelo CNJ;
- abril/24: realização de reunião com a chefia de gabinete do ministro Guilherme Caputo Bastos para apresentação do DadosJusBr e dos principais resultados do acordo de cooperação.
- maio/24: apresentação do [terceiro relatório de completude](#).

Análises

1.1 Incompletude

Entendemos como completude a disponibilidade integral e individualizada de contracheques de um órgão em cada mês. Identificamos que a informação está ausente quando: 1) é inexistente no Painel; 2) não há detalhamento por membro.

Constatamos¹ que, em um universo de 15 meses (jan.24 a mar.25), 47 órgãos apresentam incompletude de ao menos um mês de contracheques. Somados, são 209 meses ausentes. Eles estão concentrados, principalmente, nas justiças do Trabalho e Eleitoral, que representam 81% das ausências nesse período.

Tabela 1 - Quinze órgãos com maior incompletude entre jan.24 a mar.25

Órgão	Meses sem prestação de contas
TRE-RS	15
TRT-21	15
TRT-18	15
TRE-CE	15
TRE-PE	15
TRT-22	11
TRE-DF	10
TRT-11	8
TRT-7	8
TRE-RR	5
TJM-RS	4
TRE-AM	4
TRE-TO	4
TRE-PA	4
TRF-3	4

Em 2025, 42 órgãos apresentam ao menos um mês de incompletude. Destes, vinte não possuem nenhum dos três meses analisados: TJM-RS, TRT-22, TJ-AP, TRE-RR, TRE-SP, TRF-5, TRT-18, TJ-PB, TRE-RN, TRE-AC, TRE-RS, TRE-AM, TRE-TO, TRE-CE, TRT-17, TRE-PA, TRT-21, TRE-PE, TRT-24, TRE-PI.

¹ A análise foi realizada a partir de dados acessados em 1.abr.2025. Eventuais atualizações de dados após essa data não estão contempladas neste levantamento.

Ressaltamos que a análise reflete a coleta de dados efetuada até 1.abr.25, e que os órgãos potencialmente podem ter atualizado a base com meses retroativos ou efetuado correções técnicas que resultavam na incompletude pela não individualização dos contracheques.

Um dos exemplos de incompletude em todo o período de 15 meses é o TRT-18, que apresenta um agregador “0” no campo de magistrado, impedindo a consulta individualizada de vencimentos.

Reprodução 1- Painel CNJ, filtro por TRT-18 (órgão) e 2024 (ano)

Painel de dados sobre a Portaria 63/2017														Pesquisar															
Contracheque		Direitos Pessoais			Indenizações			Direitos Eventuais			Controle de Arquivos																		
Esfera	Conselhos Eleitoral	Estadual	Tribunal	TRT1	TRT2	TRT3	TRT4	TRT5	TRT6	TRT7	TRT8	TRT9	TRT10	TRT11	TRT12	TRT13	TRT14	TRT15	TRT16	TRT17	TRT18	TRT19	TRT20	TRT21	TRT22	Ano	Mês Referência	Cargo	Último envio
Conselhos Eleitoral																													
Contracheques																													
TRT18	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Subsídio (R\$)	Direitos Pessoais (1)	Indenizações (2)	Direitos Eventuais (3)	Total de Rendimentos (4)	Previdência Pública (5) (R\$)	Imposto de Renda (6) (R\$)	Dessentos Diversos (7) (R\$)	Retenção por Teto Constitucional (8) (R\$)	Total de Descartos (9)	Rendimento Líquido (10)	Remuneração do órgão de origem (11) (R\$)	Diárias														
		01/2024	5.017.487,51	123.545,83	455.123,70	3.156.718,10	8.752.875,14	548.686,37	1.052.479,28	927.807,96	39.891,98	2.568.865,59	6.199.929,82	0,00	27,3														
		02/2024	5.272.930,47	133.836,92	1.712.813,50	3.166.665,85	8.481.246,74	586.257,41	1.159.675,31	936.643,08	599.407,72	3.281.983,52	5.199.263,22	0,00	50,1														
		03/2024	5.040.690,12	407.835,53	1.867.379,40	1.817.831,94	9.133.736,99	603.502,43	1.228.565,05	1.004.985,70	619.236,08	3.456.309,26	5.677.427,73	0,00	56,8														
		04/2024	5.055.242,29	381.101,67	1.807.200,15	1.446.904,25	8.699.448,36	590.814,86	1.186.065,94	997.141,21	651.556,72	3.425.518,73	5.264.929,63	0,00	159,1														
		05/2024	5.055.242,29	378.925,26	1.798.425,92	1.453.168,63	8.685.762,10	593.968,07	1.157.650,26	1.074.172,95	607.098,83	3.432.689,91	5.252.672,19	0,00	73,8														
		06/2024	5.055.242,29	378.925,26	1.799.219,35	2.093.493,07	9.326.879,97	594.516,39	1.246.062,97	978.523,90	639.990,71	3.459.937,97	5.867.786,00	0,00	66,3														
		07/2024	5.006.990,41	384.069,51	1.792.389,84	1.638.553,13	8.824.002,89	597.045,09	1.185.814,51	984.288,33	663.096,55	3.430.244,48	5.393.758,41	0,00	72,1														
		08/2024	5.126.932,71	384.802,59	1.897.020,53	1.593.806,34	9.002.642,17	607.592,72	1.182.994,32	1.087.586,44	523.243,43	3.401.416,91	5.601.225,26	0,00	128,1														
		09/2024	5.126.932,71	387.166,66	1.834.865,22	1.627.979,52	8.976.944,11	605.155,81	1.205.465,95	1.004.160,00	596.746,24	3.411.528,00	5.565.416,11	0,00	96,6														
		10/2024	5.075.160,75	381.183,96	1.845.884,84	1.678.999,38	8.981.228,93	601.414,09	1.229.652,22	999.918,94	567.825,30	3.398.810,55	5.582.418,38	0,00	70,6														
		11/2024	5.126.932,71	387.332,83	1.951.223,09	1.002.347,89	8.467.836,52	606.636,24	1.157.243,90	1.034.267,67	574.338,25	3.372.486,06	5.095.350,46	0,00	214,1														
		12/2024	5.145.464,26	532.701,47	3.189.098,22	1.269.960,76	21.830.754,71	1.121.365,76	2.335.573,12	1.151.194,04	654.087,69	5.262.220,61	16.588.249,30	0,00	34,7														

Já o TRE-CE, além de apresentar dados agregados em “0” em 2024, consta como sem informações em 2025, ficando indisponível para consulta no presente exercício.

Apesar da elevada incompletude, constatamos órgãos em que os dados de meses retroativos foram inseridos ou corrigidos na plataforma após o despacho CUMPRDEC de nov.2024. É o caso do TRF-5, TRE-PI, TJ-AM, TJ-AL, TRT-14 e TRT-8. No anexo 1 apresentamos os gráficos detalhados de completude atual.

1.2 Integridade

1.2.1 Dados inexistentes

O Painel apresenta recorrentemente contracheques com números no campo dedicado a um texto descritivo do benefício, inviabilizando a identificação do mesmo. Em 2024, identificamos 51.066 lançamentos (cada lançamento é um

benefício atrelado a um membro de um órgão em um mês) com essa inconsistência, que somam R\$ 748,7 milhões, relativos a 53 órgãos.

Apesar do acompanhamento pelo CUMPRDEC, a prática persistiu em 2025: outros

R\$ 170,9 milhões foram pagos entre janeiro e março com rubricas inconsistentes, relativas a 9.892 lançamentos. No presente ano, 32 órgãos apresentaram ao menos um pagamento inconsistente.

A título de exemplificação de inconsistência, o Tribunal de Justiça do Maranhão, em fevereiro de 2025, apresentou o número “0” no detalhe de dois benefícios pagos a cada membro como direito pessoal:

Reprodução 2 - Painel CNJ, filtro por TJ-MA (órgão), 2025 (ano) e 2 (mês)

Painel de dados sobre a Portaria 63/2017											Pesquisar						
Contracheque	Direitos Pessoais	Indenizações	Direitos Eventuais	Controle de Arquivos	Direitos Pessoais - Tabela												
Esfera	Estadual	Tribunal	Ano	Mês Referência	Cargo												
Conselhos Eleitoral	STJ	TJMA CNU STM TJAC TJAM TJBA TJCE TJES TJMG TJMRS TJMSP TJPA CJF TJDF TJGO TJMMG TJMS TJMT TJPB	2025 2018 2020	01 02 04 05 07 08 10 11 03 06 09 12	CARGO SEM VINCULO_CONC E APOS DESEMBARGADOR												
						Direitos Pessoais - Tabela											
Tribunal	Magistrado	Mês/Ano Ref.	Abono de permanência (R\$)	Outra (R\$)	Detalhe	Outra (R\$)	Detalhe										
	ADELVAM NASCIMENTO PEREIRA	02/2025	0,00	21.820,08	0	21.820,08	0										
	ADINALDO ATAÍDES CAVALCANTE	02/2025	10.880,28	37.204,09	0	48.084,37	0										
	ADOLFO PIRES DA FONSECA NETO	02/2025	6.871,03	17.058,54	0	23.929,57	0										
	ADRIANA DA SILVA CHAVES	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0										
	ADRIANO CÉSAR OLIVEIRA NOBREGA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0										
	ADRIANO LIMA PINHEIRO	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0										
	AILTON CASTRO AIRES	02/2025	7.124,76	36.435,13	0	43.559,89	0										
	AILTON GUTEMBERG CARVALHO LIMA	02/2025	0,00	13.280,48	0	13.280,48	0										
	ALESSANDRA COSTA ARCANGELI	02/2025	6.628,62	13.280,48	0	19.909,10	0										
	ALESSANDRA LIMA SILVA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0										
	ALESSANDRO ARRAIS PEREIRA	02/2025	0,00	0,00	0	0,00	0										

Já o Tribunal de Justiça do Sergipe, em todos os meses de 2025, além do “0” no detalhe de um benefício apresenta um número na descrição de outro, cujo campo de valor está zerado.

Reprodução 3 - Painel CNJ, filtro por TJ-SE (órgão), 2025 (ano)

Painel de dados sobre a Portaria 63/2017

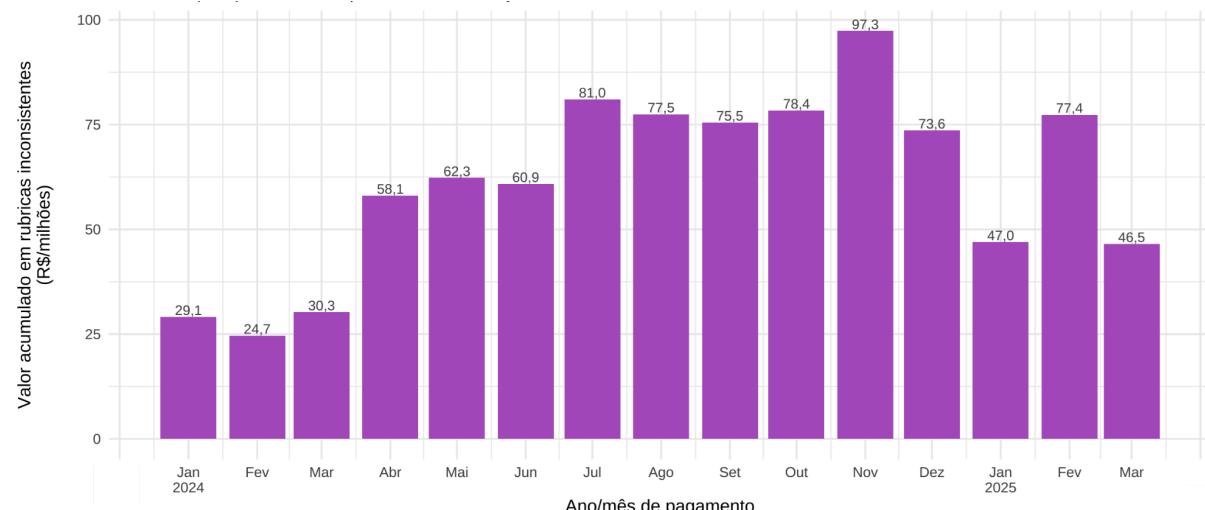
Contracheque	Direitos Pessoais	Indenizações	Direitos Eventuais	Controle de Arquivos
Esfera Conselhos Eletorais	Estadual Federal TISE CNU STM TJAL TJAP TJCE TJES TJGO TJMG TJMS TJMT CIF STJ TJAC TJAM TJBA TJDF TJGO TJMG TJMS TJPA	Ano 2025 2018 01 04 07 10 2017 2019 02 05 08 11 03 06 09 12	Mês Referência DESEMBARGADOR(A) JUIZ DE DIREITO DE ENTRADA FINAL	Cargo Último envio Não Sim

Direitos Pessoais - Tabela

Tribunal	Registrado	Mês/Ano Ref.	Abono de permanência (R\$)	Outra (R\$)	Detalhe	Outra (R\$)	Detalhe	Total de Direitos Pessoais
		01/2025	5.733,23	0,00	3219,84	8.953,07	0	0,00
	ADELAIDE MARIA MARTINS MOURA	02/2025	6.016,22	0,00	3219,84	9.236,06	0	0,00
		03/2025	6.040,37	0,00	3392,33	9.432,70	0	0,00
		04/2025	6.040,37	0,00	3392,33	9.432,70	0	0,00

Tabela 2 - Dez órgãos com maior inconsistência em 2025 (até março)

Órgão	Valores inconsistentes
TJ-MA	57.808.585,09
TJ-RJ	48.402.729,73
TJ-SE	20.356.777,40
TJ-DFT	18.965.091,65
TRF-3	7.925.075,88
TJ-PA	7.826.459,04
STJ	4.542.691,60
TRF-4	1.638.789,85
TRE-MT	989.135,00
TRE-MS	831.480,30

Gráfico 1 - Valores pagos em lançamentos inconsistentes de jan.2024 a mar.2025, em milhões de reais

Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

1.2.2 Valores com indícios de erros

Verifica-se que o Painel armazena e divulga dados potencialmente incorretos. O caso mais grave identificado é do Tribunal de Roraima, que apenas em 2024 consta com pagamentos da ordem de R\$ 1,9 bilhão em férias a seus membros, com valores mensais recorrentes de R\$ 3 milhões a cada magistrado. Esses montantes exorbitantes não são replicados na planilha de consolidação de valores líquidos do próprio Painel e no portal de transparência do TJ-RR, evidenciando um possível erro.

A manutenção de lançamentos que não condizem com o praticado é prejudicial ao órgão perante a opinião pública, além de dificultar o exercício do controle social em razão da ausência da informação íntegra.

3. Contribuições para aprimoramento

Visando o contínuo aperfeiçoamento do Painel para o exercício do controle interno e externo, sugerimos a adoção de aprimoramentos primordiais apresentados nas seções a seguir.

3.1 - Diferenciação de ativos e inativos

Em que pese os tribunais segregarem ativos e inativos em seus portais de transparência, a diferenciação não ocorre na coleta de dados que alimentam o Painel. Com isso, não é possível diferenciar magistrados aposentados daqueles em exercício. Alguns órgãos o fazem nos campos “cargo” ou “lotação”, mas o mesmo ocorre sem padronização.

Recomendamos que haja um padrão para a utilização destes campos, ou criação de um novo, visando exclusivamente a distinção entre ativos e inativos, o que será essencial no curto prazo, considerando o expressivo quantitativo de 4,3 mil² membros que já se encontram em condições para a aposentadoria.

² Membros que recebem abono de permanência no contracheque.

3.2 - Criação de ID por magistrado

Na consulta pública, inexiste um identificador único atribuído a cada magistrado, de modo a acompanhar os seus contracheques ao longo da carreira no Judiciário. A consulta nominal não permite a precisão, em razão de homônimos entre órgãos e de alterações (no caso de incorporação de sobrenomes em matrimônios ou exclusão em divórcios).

3.3 - Alertas internos para potenciais inconsistências

A criação de travas e alertas de inconsistências na rotina de alimentação da base com os dados dos tribunais amenizaria a divulgação de informações com baixa qualidade no Painel. Sugerimos, a título de exemplificação e em caráter não exaustivo, as seguintes ocorrências como potencialmente problemáticas:

- inserção de número em um campo dedicado a texto, e vice-versa;
- ocorrência de agregador “0” nos contracheques dos órgãos, sem individualização nominal;
- pagamentos que extrapolam consideravelmente a mediana daquele benefício no contexto do Judiciário e do órgão.

Reprodução 3 - Painel CNJ, filtro por TJ-RR (órgão), 2024 (ano)

Esfera	Tribunal	Ano	Mês Referência	Cargo					
Conselhos Eleitoral	TJCE TJES TJMA TJMS TJPA TJPE TJPR TJRN TJRS TJSE TJTO TJPI TJRG TJGO TJDF TJMT TJPB TJSC TJSP CIF	2024	2018 01 04 07	10 DESEMBARGADOR					
Federal		2017	2019 02 05 08	11 JUIZ APOSENTADO					
			03 06 09	12 JUIZ AF. RETIRADA					
Magistrado	Mês/Ano Ref.	Abono constitucional de 1/3 de férias (R\$)	Indenização de férias (R\$)	Antecipação de férias (R\$)	Gratificação natalina (R\$)	Antecipação de gratificação natalina (R\$)	Substituição (R\$)	Gratificação por exercício cumulativo (R\$)	Gratificação por encargo Curso/Concurso (R\$)
AIR MARIN JUNIOR	01/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	02/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	03/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	04/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	05/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	06/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	07/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	08/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	09/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	10/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	11/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	12/2024	3.011.455,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	01/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	02/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	03/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	04/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00
	05/2024	3.010.509,00	0,00	TJRR	0,00	0	0,00	0,00	0,00

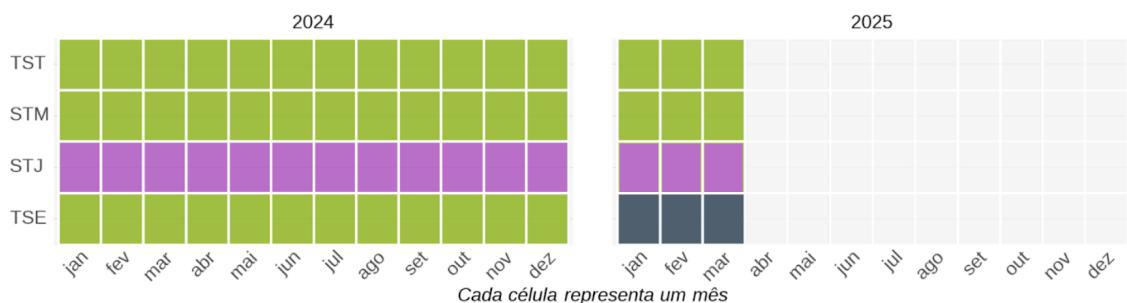
ANEXO 1 - Detalhamento da completude e integridade dos órgãos no painel

Os gráficos refletem as informações coletadas mensalmente de forma automatizada pela Transparência Brasil até 1.abril.2025 no Painel de Remuneração de Magistrados do CNJ, relativos de jan.24 a mar.25. Após essa data, podem ter ocorrido atualizações ou correções, refletindo diretamente na completude e consistência.

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Órgãos Superiores

Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Fora de cobertura

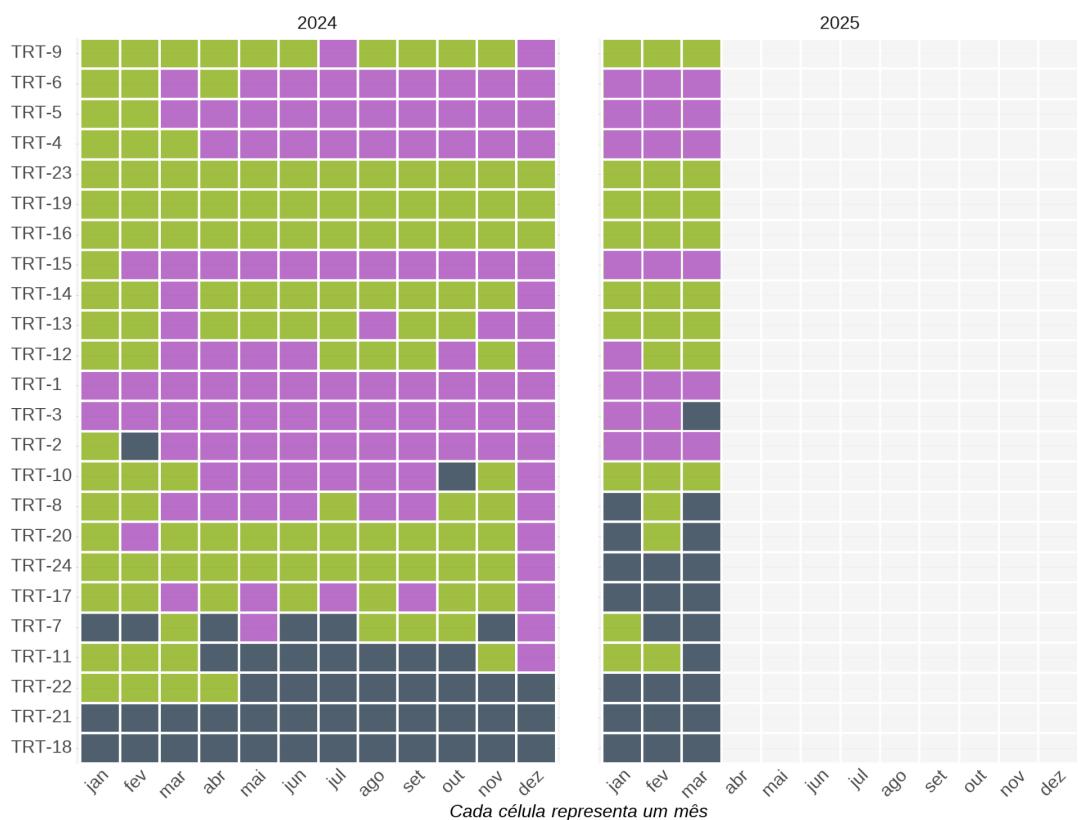


Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais Regionais do Trabalho

Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Fora de cobertura

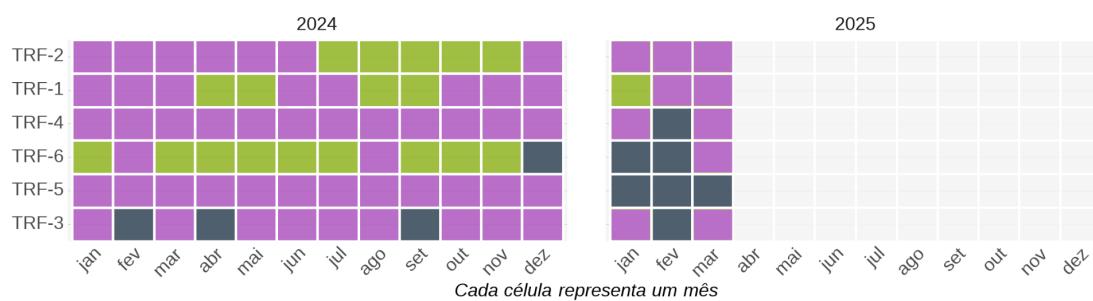


Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais Regionais Federais

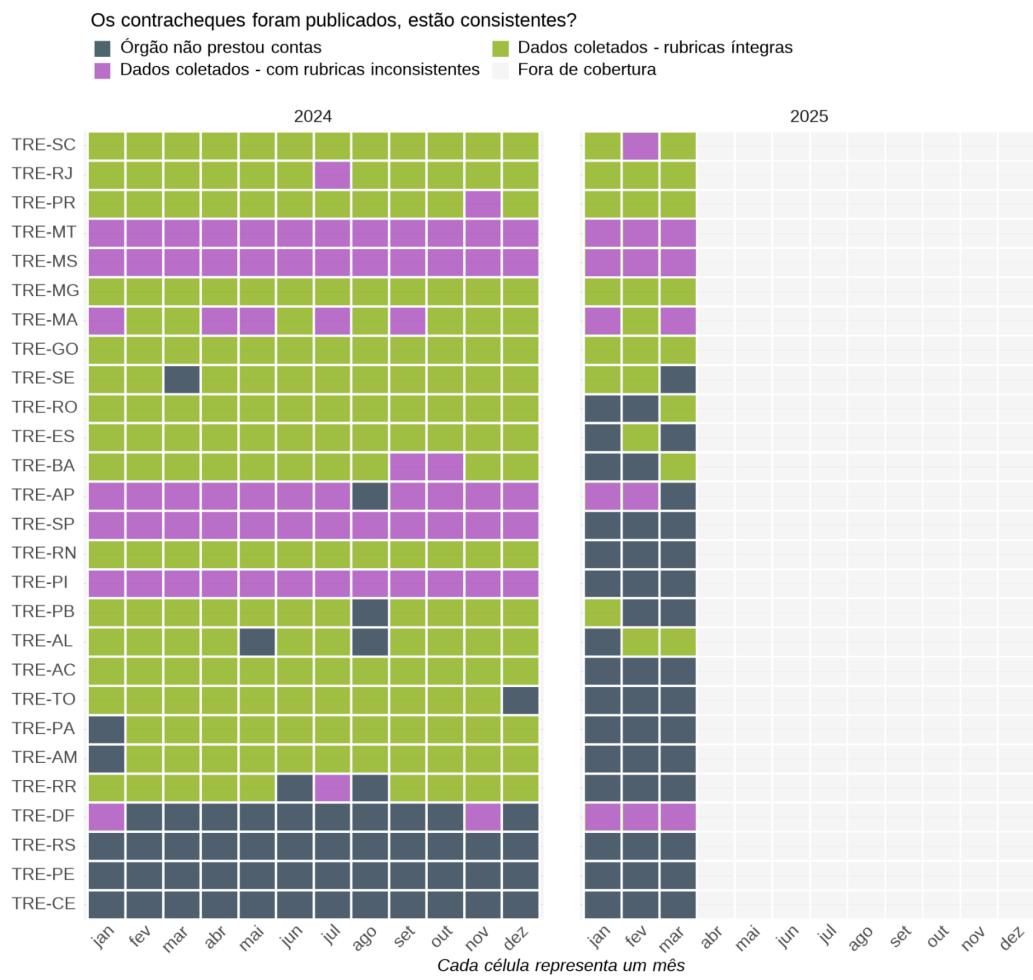
Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Fora de cobertura



Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais de Justiça Eleitoral

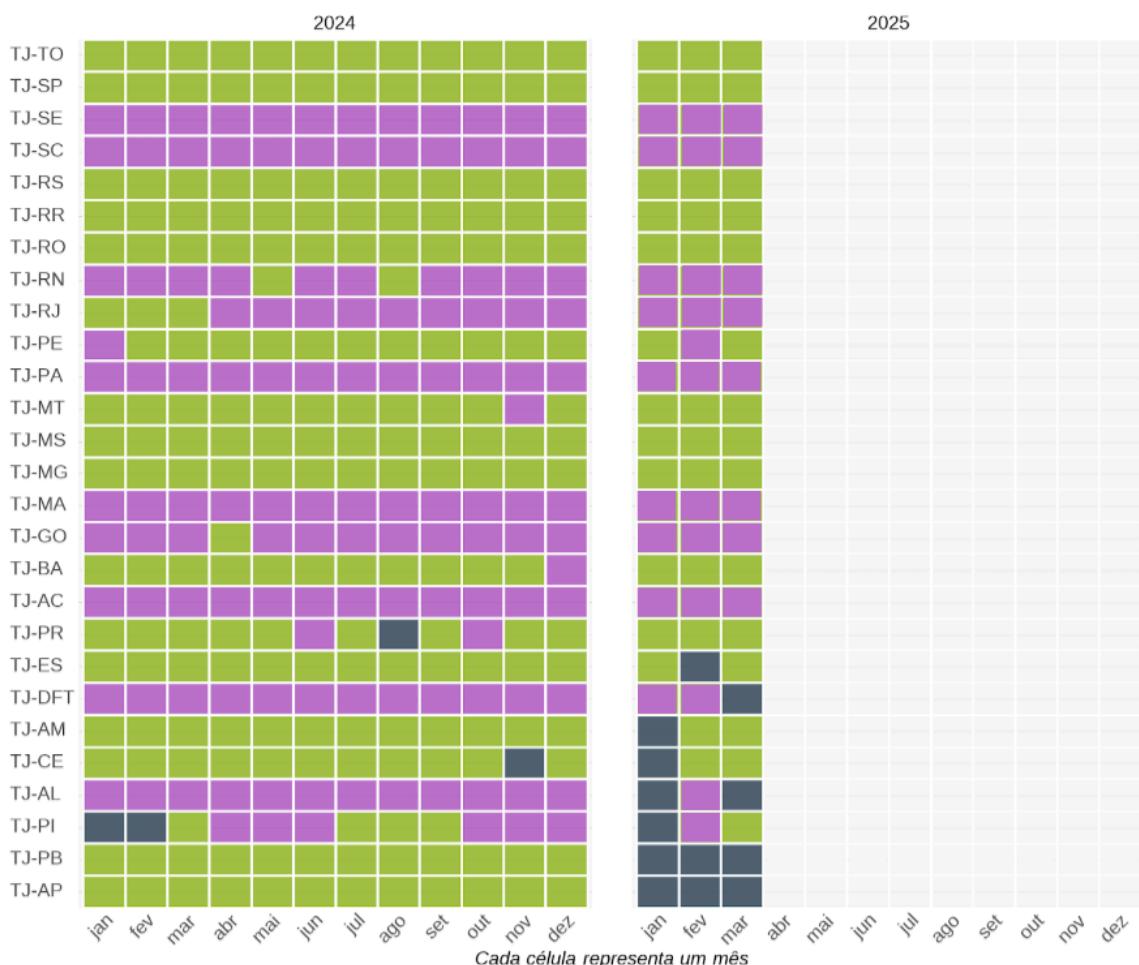


Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr

Presença de rubricas inconsistentes nas coletas | Tribunais de Justiça estaduais e DFT

Os contracheques foram publicados, estão consistentes?

- Órgão não prestou contas
- Dados coletados - com rubricas inconsistentes
- Dados coletados - rubricas íntegras
- Fora de cobertura



Elaboração: Transparência Brasil. Fonte: DadosJusBr



A Transparência Brasil é uma organização sem fins lucrativos, independente e autônoma fundada em abril de 2000. Sua atuação é reconhecida pelo rigor metodológico com dados para ampliação da qualidade e eficiência do gasto público e promoção de instituições públicas íntegras na democracia brasileira.

 imprensa@transparencia.org.br

 www.transparencia.org.br